

DESCRIÇÃO DE ALGUNS ENTRAVES NA COMERCIALIZAÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA NO BRASIL

Gabriel Granco¹; Lucilio Rogerio Aparecido Alves²; Fábio Isaías Felipe³

¹Graduando em Economia pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP). Bolsista do PIBIC/CNPq. E-mail: granco@esalq.usp.br; ²Doutorando em Economia Aplicada pela ESALQ/USP, bolsista do CNPq, Pesquisador do CEPEA, Caixa Postal 132, 13400-970 Piracicaba, SP. E-mail: lualves@esalq.usp.br; ³Graduando em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas, Estagiário do CEPEA. E-mail: fifelipe@esalq.usp.br

INTRODUÇÃO

A produção de mandioca no Brasil vem ganhando destaque no cenário agrícola nacional e internacional. Essa raiz, originária do Brasil, é atualmente plantada em aproximadamente 100 países, sendo o Brasil o segundo maior produtor, com volume superior a 24 milhões de toneladas, perdendo apenas para Nigéria, que produz mais de 33 milhões de toneladas (Food and Agricultural Organization - FAO, 2005). Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005a), em 2004 a área plantada com mandioca no Brasil foi de 1,9 milhões de hectares, com produtividade média de 13,8 toneladas por hectare.

Dentre os principais produtos derivados da mandioca destacam-se a fécula e a farinha. O consumo de raiz de mandioca *in natura* também é expressivo, sendo chamada de mandioca de mesa. Segundo dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE (2005b), o consumo *per capita* de farinha no Brasil no período 2002-2003 foi de 7,8 kg, enquanto o de fécula foi de 0,732 kg. Na Tabela 1, observam-se os consumos expressivos de farinha e fécula nas regiões Norte e Nordeste, relativamente maiores que nas demais regiões do país.

Tabela 1. Consumo per capita de farinha e fécula de mandioca no Brasil e nas regiões produtoras entre 2002 e 2003.

Regiões	Farinha de mandioca (kg/per capita)	Fécula de mandioca (kg/per capita)
Brasil	7,766	0,723
Norte	33,827	1,856
Nordeste	15,333	1,360
Sudeste	1,427	0,307
Sul	1,040	0,257
Centro-Oeste	1,359	0,573

Fonte: IBGE (2005b).

Segundo Silva et al. (2001), a farinha foi o primeiro produto a ser produzido a partir da mandioca e atualmente faz parte da dieta de grande parte da população brasileira, principalmente dos residentes nas regiões Norte e Nordeste. Segundo dados do IBGE, essas regiões são as maiores produtoras de raiz de mandioca no Brasil, tendo seu uso na forma *in natura* e para fabricação de farinha. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país são as maiores produtoras de raiz para indústria, neste caso para a fabricação de fécula, com pequena parcela sendo destinada para a fabricação de farinha, assim como para a produção de mandioca de mesa. Segundo Almeida & Ledo (2004) do total de mandioca produzida no Brasil, 20% são destinados para as fecularias e a quase totalidade dos demais 80% tem seu uso para a fabricação de farinha.

OBJETIVO

O objetivo principal deste trabalho é caracterizar o ambiente em que se inserem as pequenas casas de farinhas, sediadas na região Norte/Nordeste, e as farinheiras de maior porte. Desta forma, buscar-se-á identificar os gargalos de produção e de comercialização enfrentados pelo setor. Para isso, é necessário compreender a atuação do governo (Federal e Estadual) nesse mercado, seja como agente regulatório, financiador ou consumidor, além dos motivos que levam as casas de farinha a tornar-se “players” no mercado nacional. Os incentivos regionais fiscais e tributários em cada estado também são focos deste trabalho.

METODOLOGIA

Para realizar esta pesquisa será utilizada a revisão de literatura, mas devido à sua insuficiência, torna-se necessário à aplicação de questionários a serem enviados por e-mail e cartas. Serão realizadas também entrevistas por telefone. Esse levantamento de dados será realizado com produtores de raiz, intermediários, fabricantes de farinha e organizações dos diversos agentes envolvidos. Também serão utilizadas fontes de dados secundários obtidos juntos a órgãos governamentais, institutos de pesquisa, universidade e, etc.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção de farinha de mandioca no país tem duas estruturas importantes, divididas entre as chamadas farinheiras e as casas de farinhas. As farinheiras são agroindústrias, apresentam uma estrutura de trabalho profissional, possuindo marcas próprias. Estas empresas estão localizadas na quase totalidade nas regiões Sul e Sudeste. As casas de farinhas são representantes do método tradicional de produção, apresentam uma estrutura

menos profissionalizada, baseada geralmente de trabalho familiar, com alto índice de informalidade, sem marca própria, concentrando-se na região Norte/Nordeste.

Além dessa diferenciação na produção, as características da farinha de mandioca consumida entre as duas regiões do Brasil também se divergem. Mesmo assim, dependendo das condições de oferta de matéria-prima, o atendimento da demanda em cada região pode ser feito por empresas localizadas em outra região. Todavia a interação entre os diversos mercados regionais ainda não é totalmente conhecida, podendo causar incerteza na sub-cadeia de cada região, além de afetar diretamente o mercado de fécula de mandioca.

Nesse cenário de comercialização inter-regional, destaca-se a compra de farinha produzida no Nordeste por indústrias beneficiadoras no Centro-Sul, onde a farinha passa por um novo processo para atender o padrão de qualidade exigido para a comercialização em supermercados, além de receber a marca da indústria que realiza esse beneficiamento. Isto pode estar demonstrando uma maior estruturação da sub-cadeia na região Centro-Sul.

Tal estruturação, também passa a refletir na forma de comercialização do produto, sendo no Centro-Sul comum a venda por contrato. Esse método gera uma maior estabilidade nos preços, na oferta e, serve como limitante do comportamento oportunista. No Norte/Nordeste há uma ausência de qualquer forma legal de contrato, convênio de cooperação, etc. (Santos, 1997).

No campo de políticas públicas, o apoio do Governo Federal é considerado pequeno, mas de suma importância para algumas localidades de diversas regiões brasileiras. Essa ação ocorre através de Empréstimo do Governo Federal (EGF), Aquisição do Governo Federal (AGF) e, mais recentemente, através do lançamento do Programa de Opção Privada (PROP). Nas esferas estaduais, também há alguns programas de incentivos. Nos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná existem fóruns institucionais para discussão das necessidades da cadeia de mandioca nos respectivos estados (Cardoso, 2003).

Esta pesquisa ainda está em fase inicial, tentando avançar além dos trabalhos já realizados por outros autores que estudam esta cadeia, como Cardoso. No entanto, alguns apontamentos já podem ser feitos, apesar de que um maior entendimento da relação entre as regiões produtoras/consumidoras permitirá a definição de uma estratégia de crescimento para médio e longo prazos da sub-cadeia de farinha.

Muitas das casas de farinha apresentam processos ineficientes de fabricação, que elevam seus custos e nem sempre dá confiabilidade de qualidade ao comprador. As diferenças de demandas por farinhas entre o Norte/Nordeste e o Centro/Sul também favorece divergências no processo produtivo. A falta de treinamento de muitos dos produtores, que

produzem para consumo próprio, comercializando apenas uma parcela da produção pode apontar para gargalos ao setor.

A etapa de comercialização, por sua vez, se apresenta como um ponto limitante do crescimento da cultura, tendo em vista a instabilidade de oferta da matéria-prima (raiz), resultando em dificuldades de coordenação das atividades produtivas de farinha. Contudo, são as dinâmicas do mercado e da indústria processadora que determina a estrutura de comercialização (preços, relação entre preços e canais de distribuição) e ação de políticas públicas que deve prevalecer. No geral, há maiores limitações na Região Norte/Nordeste e melhor desenvolvimento da cadeia no Centro-Sul.

Esta pesquisa ainda está em fase inicial, mas apesar de ser necessário avanços expressivos, os assuntos aqui tratados mostram a importância do setor para a economia e para as famílias que dele sobrevivem, assim como da diferenciação que há entre as regiões produtoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. O.; LEDO, C. A. da S. **Um caso mais que perverso das elasticidades**. Informe GEPEC. Paraná, v. 8, n. 2, jul./dez., 2004. p.1-14.

CARDOSO, C. E. L. **Competitividade e inovação tecnológica na cadeia agroindustrial de fécula de mandioca no Brasil**, 2003. 188p. Tese (Doutorado) - Escola Superior de Agricultura “Luiz Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba. 2003.

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION - FAO. **Agriculture** (<http://faostat.fao.org/>, 14 de junho de 2005)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Sidra. **Agricultura** (<http://www.sidra.ibge.gov.br>, 14 de maio de 2005)

SANTOS, J. A. G. dos. **Competitividade: perspectivas para o desenvolvimento da agroindústria da mandioca**, 1997. 286p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Cruz das Almas. 1997.

SILVA, M. J.; ROEL, A. R.; MENEZES, G. P. **Apontamentos dos cursos: cultivo da mandioca e derivados, engorda de frango caipira**. Campo Grande, 2001. 100p.